



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 61

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 30-05-2008

Aos trinta dias do mês de Maio de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos, e Segundo Secretário José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Sergio Filipe Pires Loureiro, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Miguel Almeida Dias, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues dos Santos, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas o Presidente da Mesa em exercício declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

João António Fernandes Pedroso, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, e Jorge Manuel do Nascimento.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira (chegou às 21:00 horas), e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel Silva Marques, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, e Arsélio Almeida Martins, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel Almeida Dias, António Bastos Marques Rodrigues, e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira e Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Sérgio Manuel Santos Ordens Vieira, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, e Maria Romana Alves

Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, e Octávio Manuel Rodrigues dos Santos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ^u

“A pedido da Câmara, como tiveram ocasião de serem notificados para o efeito, ficou anulada a ida ao local para visitar os terrenos que a Câmara se propunha adquirir na freguesia de Requeixo, porque a Câmara entretanto decidiu retirar este ponto da ordem do dia. Para tanto, apresentou na Mesa da Assembleia Municipal o seguinte requerimento: «alteração de convocatória. Venho pelo presente solicitar a V/Exa., no uso dos poderes que a lei lhe confere, que seja retirado da agenda da sessão ordinária de Abril em curso, o seguinte ponto: - aquisição de três prédios rústicos e um prédio urbano na freguesia de Requeixo. (Assinado) O presidente, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia».

Por isso, tendo a Mesa recebido este pedido, está retirado o ponto. Porque era da competência da Câmara Municipal esta iniciativa, não tendo a Mesa nada a opinar ou a opor ao requerimento feito pela Câmara Municipal.

Neste sentido, passamos ao ponto cinco, Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2007 da Câmara Municipal de Aveiro e Relatório de Gestão e Contas de 2007 dos Serviços Municipalizados de Aveiro.”

Vogal Carlos Candal (PS) ^u

“Não veio informado, se houve uma deliberação da Câmara para retirar o ponto. Mas nós não temos nada com isso; o Presidente subscreve, parte-se do princípio que terá havido, senão o problema é outro.

Agora, queria pedir a V/Exa. uma informação regimental: quando surge um assunto momentoso e relevante para o civismo aveirense, no decurso da Assembleia - tal e qual como estamos agora, como é que se suscita essa questão? E eu passo logo a dizer o que é, independentemente de considerações particularizadas: vestiram o José Estêvão com uma bata de merceiro!?! Isto é uma coisa que pode parecer que não, mas é altamente relevante. Isto tem que ser tratado, ainda que sumariamente na Assembleia Municipal. Saber como é que é possível a Câmara consentir que alguém vista uma bata de médico, barbeiro, ou de qualquer coisa, ao José Estêvão!”

Presidente da Mesa ^u

“A Mesa está a dar continuidade aos trabalhos. Como V. Exas sabem temos a Ordem do Dia perfeitamente determinada, não vamos estar a abrir excepções àquilo que é regimentalmente previsto. Por isso ao haver alguma discussão sobre esses assunto momentoso e relevante será no momento e feito com a relevância própria do Período de Antes da Ordem do Dia da próxima sessão da Assembleia Municipal. Vamos, como disse dar continuação aos nossos trabalhos.”

PONTO 5. – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DE 2007 DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2007 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 17/04/2008, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara fez a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ¹⁵

“Numa apresentação que pretendemos que seja sucinta e que seja alargada, permitam-me duas breves notas introdutórias.

Na sessão de Dezembro de 2006, mas concretamente no dia 8 de Janeiro de 2007, a Assembleia Municipal analisou, discutiu e votou as GOP's para 2007 que é o documento que agora está em análise. E permitam-me que relembre aquilo que foi dito nesse momento em que se procedeu a essa apresentação; e foi dito o seguinte: a elaboração deste documento e referiamo-nos às GOP's para 2007, rege-se por regras legais, extremamente rigorosas e de cumprimento inquestionável. Não importa se nós achamos bem, ou se achamos mal ou se concordamos ou não. Temos que cumprir essas regras; por exemplo, somos obrigados a incluir no orçamento as dívidas exigíveis e os compromissos assumidos pelo município, que estejam devidamente validados. Dada a situação financeira que é conhecida, só a inclusão destes valores dá um orçamento que é uma enormidade. Perguntam: concordam ou concorda com isto? Não! Não concordo, não concordamos com isto. Penso que ninguém concorda com isto. Mas não só pelo irrealismo do valor a que se chega, mas pelo facto também de ao incluirmos o que vem do passado com este peso, não termos espaço para podermos incluir projectos nossos, projectos novos e que gostaríamos de incluir. Pergunto: - há forma de fazer diferente? Resposta: não! Somos obrigados a fazer assim.

Sei que na reflexão, na análise que irá ser dispendida ao documento, no decorrer dos trabalhos, este facto, aquilo que foi dito nessa altura, - há dezassete meses, irá ser tido em devida conta, e que quando afirmávamos o irrealismo e a enormidade daquele orçamento, hoje esses factos e essa realidade deve estar presente na análise que fizemos.

Uma segunda nota, para agradecer a todos quantos, - apesar dos imensos obstáculos e das terríveis dificuldades com que nos debatemos, que participarem e materializaram durante o ano de 2007 este documento.

De uma forma especial aos Srs. Vereadores; a esta equipa excepcional que temos a trabalhar na câmara, e aos funcionários do município cuja dedicação foi irrepreensível.

Uma palavra amiga às juntas de freguesia, para as associações, para as entidades, para as instituições, para as empresas e para os fornecedores, que apesar do drama que viveram e vem, tem sabido compreender as dificuldades que o município tem.”

Vereador Pedro Ferreira ¹⁶

(Entraram na sala os Vogais Luis Claro de Jesus e António Bastos Marques Rodrigues)

Vereador Caetano Alves ¹⁷

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ¹⁸

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ¹⁹

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ²⁰

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Este tema é importante e só isso é que explica que na primeira intervenção da câmara, - contra o que é regra, tenham sido interpelados os senhores jornalistas; a câmara tem a noção de que a sua gestão, só com muita água benta, e água benta é tolerância, nomeadamente tolerância da comunicação social, é que não fica mal na fotografia.

Mas eu permito-me muito singelamente, devo confessar que não sei a tabuada, nunca aprendi a tabuada. Sou alérgico a essa coisa de números, porque não tem a ver muito com inteligência porque, a tabuada não é preciso saber papaguear a tabuada, porque chega-se racionalmente aos números da tabuada, é evidente; e agora há as máquinas; mas isso toda a vida me prejudicou um bocado, nomeadamente pela discussão de temas financeiros. Agora, sei ler! E tenho aqui o programa eleitoral da coligação, que às paginas tantas, na rubrica finanças autárquicas diz no ponto três, “reduzir...”, - preconiza, compromete-se a “reduzir as despesas correntes para permitir o aumento do investimento, e a regularização da situação financeira da câmara”; e ponto cinco, “revisão da situação financeira de forma a resolver a preocupante situação de endividamento da autarquia”. Está aqui. Mas como a câmara ainda não conseguiu resolver minimamente a “preocupante situação de endividamento da autarquia”, - não se contesta o pressuposto, admitamos que sim; a câmara fez-se eleger na base deste programa. Bem a verdade é que até à data, não minorou não diminuiu o endividamento da autarquia, tanto quanto eu sei ler os números.

Isso, para merecer ao menos a nossa tolerância, - a tal água benta, tem que ser explicado. Sempre que abre a boca a câmara que se fez eleger nesta base do endividamento da autarquia e não contesto que houvesse esse endividamento - sempre que abre a boca, tem que explicar se não foi ambiciosa demais no seu programa eleitoral, ou se não esteve a enganar o eleitorado, prometendo uma coisa que não era capaz, ou sabia concretizar, ou então tem que explicar porque é que ainda não conseguiu resolver, nem diminuir a tal “preocupante situação financeira da autarquia”, - pelo contrario, tem agravado.

Isto deve ser o intróito da câmara a qualquer intervenção sobre as finanças municipais e não foi feito. O Sr. Vereador que é uma pessoa muito inteligente, e hábil, perdeu algum léxico a saudar os jornalistas, mas que depois ficou cansado e não teve força para explicar minimamente, ou sequer justificar porque é que a tal “preocupante situação” não está reduzida, anulada ou minorada?”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Este relatório, aliás como é tradição nesta Assembleia, espelha aquilo que foram as dificuldades sentidas nos últimos anos nesta câmara de Aveiro, no que diz respeito ao difícil controlo da situação financeira.

Lembro que foi só em 2007 que nós tivemos os resultados das auditorias e que por isso, só nessa altura é que acertámos com a maior parte dos números da dívida. E por isso, espelha aquilo que é a dificuldade em concretizar muitas das acções que estão neste relatório de actividades e por isso é de louvar que esta câmara apesar das dificuldades tem dado a cara, tem trabalhado com toda a transparência, não nos tem escondido nenhum dos números, nenhuma das dificuldades ou contrario daquilo que acontecia no passado em que aparentemente era tudo facilidades e agora temos estado a constatar que realmente as dificuldades são muito grandes e continuamos a senti-las.

E para já, e sem entrar em factuaisismos e escuso de estar aqui a realçar alguns dos números dos relatórios, porque mostram essa situação preocupante, só de dizer que continua esta câmara, continua o senhor presidente da câmara a ter todo o apoio da bancada do PSD, no que

diz respeito, e temos toda a confiança em que este executivo, vai conseguir superar esta situação e naquilo que depender desta bancada da assembleia municipal, cá estaremos.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ¹¹³

(Entrou na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ¹¹⁴

“O orçamento para 2007 comportava 191 milhões. No entanto executaram-se 47,1 milhões. Nem um terço foi executado. Aliás de encontro ao que temos vindo sistematicamente a afirmar aquando as discussões dos orçamentos. Empolam-se os orçamentos, quase como que a procurar o aumento da dívida, criam-se receitas irreais e depois saem taxas de execução que nem a 1/3 chegam. E são tão mais irreais as receitas incluídas em orçamento até porque as correntes correspondem a 80% do total das mesmas. O que quer dizer que se afigura já estar quase tudo espremido até ao máximo.

Constata-se um aumento global de receitas de 1,78 milhões relativo a 2006. E para comprovar o anteriormente afirmado as receitas de capital reduziram 3 milhões e as correntes aumentaram 4,8 milhões.

Foi-se buscar toda a receita que era possível ir buscar: IMI – 8,2 milhões, IMT – 7,1 milhões, derrama – 3,7 milhões.

Em impostos directos executou-se 106,49% do orçamentado; em impostos indirectos 111,79%; em taxas 83,89%. Mas em rendimentos de propriedades executou-se 3,29%. Dos previstos 46,5 milhões, executou-se 1,5 milhões. Mais uma vez se comprova o empolamento orçamental, o que origina uma execução na receita de 46,09%, e não foi pior porque como provam os números dados acima respeitantes a IMI e IMT ultrapassaram os 100%. Mas estes devem-se à conjuntura e não à execução por parte da Autarquia.

Aliás, analisando bem, podemos constatar que, conforme já havíamos afirmado em abordagens anteriores, o crescente aumento de receita de IMI e IMT, tem beneficiado a receita. Mesmo com o abaixamento do IMI deparamo-nos com entradas de 7,16, 7,98 e 8,21 milhões de 2005 a 2007. Em IMT temos 4,38, 4,42 e 7,12 milhões para o mesmo período. E a tendência continua a ser de aumento no futuro, a manter-se a actual taxa, pois vai haver redução de isentos de IMI por termo desse direito e as novas avaliações provocarão aumentos de cobrança.

Para a despesa orçamentou-se 191 milhões e executou-se 48 milhões.

Para um total de compromissos de 126,4 milhões, aparecem 93,3 facturados. Há aqui uma diferença de 33 milhões, que já se podem considerar dívida.

E havendo ainda 45 milhões de dívida facturada, podemos dizer que se nenhuma despesa se fizesse esta pelo menos seria anulada pela receita.

Quanto às freguesias, as despesas foram substancialmente reduzidas relativamente ao ano anterior: 1/3, pois foram de 314 mil euros.

No endividamento de médio e longo prazo (46,9 milhões) houve um decréscimo de 2,1 milhões face a 2006. Mas se tivermos em conta os empréstimos que se encontram no Tribunal de Contas, num total de 59,7 milhões, este total passará para 106,6 milhões. Mesmo tendo em conta que grande parte deste valor será para pagar dívidas a terceiros, há que ser rigoroso no cumprimento disso mesmo e fazer acompanhar esse acto dum auditoria quase permanente.

Até porque se virmos bem o endividamento líquido em 1 de Janeiro de 2007 era de 101,9 milhões e em 31 de Dezembro de 2007 era de 104,7 milhões. Isto num ano em que se aplicou um plano de recuperação financeira, fica demonstrada a inutilidade do mesmo e a necessidade de acções dessas serem mais bem objectivadas e acompanhadas a par e passo. Este é um dos pontos que se pode considerar mesmo fracasso.

Por outro lado, em regime de contenção e de recuperação financeira, sem obra que se veja, não se entende como é que a dívida a fornecedores tenha aumentado em 6,023 milhões.

O novo quadro legal que determina o cálculo da capacidade de endividamento, com a nova fórmula que se aplica, demonstra que esta mesma capacidade de endividamento do Município de Aveiro, está excedido em 30 milhões de euros.

E com a contabilidade deficiente que tem sido objecto de anotações nas auditorias que se fizeram ao Município, nada ajuda à contribuição para a melhoria desta situação.

Concluindo temos um somatório de verbas correspondentes a: Locação Financeira 27,067 milhões; Factoring 6,931 milhões; Outros fornecedores 39,523 milhões; Bancos m/l prazo 45,851 milhões; Bancos curto prazo 789 mil.

Que fazem um total de 120,161 milhões. Somando a isto os 33 milhões de compromissos ainda não facturados temos um total em dívida de 153,161 milhões.

Nem a receita de três anos com contenção total de custos – o que é utópico – daria para solucionar esta situação.

E quando se pretendem manter orçamentos como os que têm sido apresentados, só se procura cada vez mais beneficiar o aumento da dívida.

Por último uma nota positiva. A Assembleia Municipal utilizou 59,6% do total orçamentado e 67,8% dos abonos previstos no orçamento para o ano de 2007.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [015](#)

“Eu não ouvi nem o Senhor Vereador Caetano Alves, nem o Sr. Vereador Pedro Ferreira, sobre questões essenciais para as quais queria aqui interrogar os Srs. Vereadores através do seu presidente, porque é ele quem os representa em absoluto.

Fiquei sensibilizado, extremamente sensibilizado, com as imensas preocupações e com os resultados excepcionalmente positivos, da empresa municipal dos SMA's em 2007. Todavia temos tido e temos assistido ao longo do tempo, a uma questão premente e essencial; qual é? Esta coligação, - conforme e muito bem disse o meu camarada Carlos Candal, foi eleita para resolver uma questão essencial.

Senhor Presidente: - V/ Exa., tem-se ocultado, tem-se reduzido ao silencio, razão porque em grego o denomineic Élio é “apousia”, nova tradução, - apousia, ausência às questões que se lhe colocam; ou então, presença ineficaz, - “parousia” (em grego também), porque é disso que se trata. V/ Exa., vê-se grego para tentar responder às questões que supostamente, o seu suportador, inspector Rocha de Almeida não lhe coloca; mal! Porquê? Porque V/ Exa tem que responder às questões claras e concretas, tem que responder às pessoas que os elegeram e não consegue. O Dr. Manuel António Coimbra, que está mais careca do que eu, porque não lhe consegue apesar de suportar, de o transportar sem saber, para o abismo, porque essa é que é a questão, conforme muito bem traduziu em algarismos o deputado do PCP António Regala, e conforme muito bem já me disse o Sr. Vereador Pedro Ferreira, V/ Exa., tem há dois anos a esta parte um défice mensal de duzentos e cinquenta mil euros, entre a receita e a despesa. Quer dizer, V/ Exa., não respondeu a uma questão tão simples quanto..., oh Sr. Dr. Pedro Ferreira, V/Exa., é um insigne economista, e está transcrito na sua resposta à minha questão, nas actas: o défice entre despesa e receita, era em Novembro de 2007, 250 mil euros mensais. Quer dizer, três milhões de euros por ano. Razão porque o deficit deste acamara, é um deficit estrutural. Quando o Sr. Presidente foi eleito para resolver o problema da divida, aumenta a divida. Oh Senhor Presidente, já aqui disse e volto a repeti-lo, diz o povo com toda a razão: em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém a tem. Mas senhor presidente, vire-se para a sua Assembleia que o suporta e diga assim (ponha a mão na consciência), se não tem competência para resolver os problemas, já o dissemos, demita-se! Quem não tem competência deve efectivamente demitir-se das coisas. Se não consegue concatenar por si próprio, imobilizar

a ciência que o suporta na sua verificação, vá já rapidamente à procura de quem lhe resolva isto. Já lhe propus a criação de um comité, ou de uma comissão de sábios, que deve saber..., fica mais barato a todos os munícipes, do que V/ Exa., que está a criar um problema gravíssimo a tudo isto. Veja-se o que está a acontecer ao Beira-mar.

Hoje, depois de ter chegado da Europa para tratar do reumatismo, chego e digo assim: querem ver, que nós vamos deixar de ter tudo isto, de ter espelhos, de ter algum exemplo para apresentar externamente no que diz respeito ao movimento, o que quer dizer, à vida, - entendendo a vida como o átomo em movimento, digo eu assim: esta câmara é uma câmara de morte; vai paralisar este concelho!

Senhor Presidente, se não tem competência, faça favor, delegue e rapidamente. Caso contrário não temos, e os munícipes, vão ter muita dificuldade em rever-se no seu concelho.

E V/ Exa., que é o lampião, - que seja eu agora a dizer simbolicamente, o sol desta iluminura, desculpe-me senhor presidente, mas ou arranja novas cores à sua volta, ou também se ofusca e deixa tudo negro, e ninguém vê nenhuma cor e nenhuma figura.

Senhor Presidente da Câmara, eu estou, e todos aqueles que me vão indicando que Aveiro está a definir de uma forma absurda, porque é uma terra de água; água é vida. Duas vezes vida!

Aveiro olha apenas e só, para a sombra e o que nós observamos no relatório de contas e na incapacidade de V/ Exa e da sua equipa, mas grave do que tudo isso, das câmaras, dos acentos parlamentares que o suportam, porque não apresentam nenhuma alternativa crível, que seja credível, podem efectivamente fazer com que Aveiro se reerga hoje, ao V/ Exa não assumir, e não ser o ouvidor, porque ao pretender-se ouvir todos e tudo, até as galinhas que saltam do galinheiro, os cães que ladram no quintal do vizinho, tudo quanto mexe, mas V/Exa., não mexe porque não sabe mexer. Nós temos dito e temos assumido, que bem mais importante que ser governo é ser oposição.

O partido socialista tem apresentado a V/ Exa., alternativa, meios claros e concretos para gerir e acima de tudo gerar, o que sucede é que V/ Exa não sabe o que é gerar, gerindo, nem a sua coligação, nem os seus vereadores. Razão porque, nós temos dado todos os elementos constantes e bastantes, para que possa efectivamente ter, e ter tido opções diversas das que assumiu com prejuízo absoluto para todos os munícipes de Aveiro.

O Partido Socialista esteve, está e estará sempre ao lado dos munícipes de Aveiro por forma a que Aveiro seja de facto a garantia do desenvolvimento. A garantia da sustentabilidade, a garantia da liberdade de podermos ser todos solidários fraternos e ter outra postura que não aquela liberal, aquela ofuscante e miserável, onde cada um pela sua influencia, pelo menor e efêmero poder que possui posterga os seus semelhantes.

V/ Exa vai ficar a agregado à postergação dos semelhantes, pela miserabilidade dos interesses claros, que tem tido, manifestado e assegurado. Porquê? Não tem sabido partilhar. A palavra-chave hoje na sociedade e da política “c’est partager”, para que fique claro aos senhores deputados da bancada do PSD, que amanhã se vão expressar e que eu espero que se portem, - nesta circunstância, porque “partager c’est bien difícil, et c’est bien savoir faire.”

(Entrou na sala o Vogal Casimiro Simões Calafate)

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [n.º 6](#)

“É com enorme prazer que faço este pedido de esclarecimento porque posso permitir-me a ouvi-lo mais um bocadinho. E começo por dizer que: primeiro, a ideologia liberal não é de todo assombrosa como diz; por outro, é-me permitido, e é-me sempre permitido ter a ideologia que muito bem entender, nomeadamente a liberal (comecemos por aí).

Depois, é com muito gosto, que eu oiço o senhor deputado dizer, que não há opções credíveis de alternativas a esta câmara, propondo exactamente que ela arranje alternativa. Muito bem, é

a assunção final, de que os senhores são totalmente incapazes de ser uma oposição credível a esta câmara, e de apresentar alternativas que possam essencialmente resolver os problemas da câmara.

Mas o meu pedido de esclarecimento, ia mais no sentido das suas palavras em relação ao Beira-mar. O meu pedido de esclarecimento é para perguntar a V/ Exa., e à sua bancada se mudou de opinião em relação às opiniões passadas nas anteriores sessões desta Assembleia? Isto é, nas Assembleias em que esta câmara chegou a propor medidas de apoio ao Clube Sport do Beira-mar, em que é que estas propostas se alteraram na sua consciência, para que desta forma acuse a câmara de não conseguir ajudar o clube? E mais, já que se acha uma oposição credível, exijo nesta altura que apresente proposta para resolver este problema.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Há quinze dias regresso eu de Freie Stadt - Republique auf Weimar; quer isto dizer que V/Exa., que isto foi ou que conduziu no seguimento da crise económica de 28/29 do século passado, à circunstância autocrática e autoritária do pensamento único, lessom auf Rectoradt – Reitor de Freiburg. Como deve saber, já expliquei isto ao Dr. Miguel Fernandes; é só um rapel à sua inteligência.

Relativamente às questões que coloca sob o ponto de vista - isto é que é determinante: a vida! O movimento! Que não é o espaço, o estádio parado defronte do ecrã. O movimento é uma coisa que V/Exa., vai ter de realizar como eu fiz para me tratar, por isso é que me mobilizo com alguma facilidade, razão porque venho de Bad Wildbad, Lindsfield, Baden-Baden, Camnstandt, e outros, Beureu, absoluto; acabei de regressar da “Europa Amarela”! V/ Exa., porventura, não sabe que a Europa está um terço amarela. Amanhã quando precisar de um grão para fazer pão, se calhar vai ter de dar um tiro ao vizinho que está a comer uma côdea.

Haveremos de discutir isto num outro areópago, mas para lhe explicar qual é a postura; eu sou, eu tenho trinta e poucos anos de dirigente associativo e federativo do movimento desportivo. Sei o que é projecto pessoal, sei o que é projecto de cultura e da ciência do movimento e do desporto. E nessa perspectiva eu tenho porventura, uma relação diversa daquela que V/ Exa possa eventualmente ter, porque eu tenho isto como um valor de vida e não como um interesse. Em trinta segundo o Dr. Carlos Martins ficará completamente esclarecido, de acordo com aquilo que nós pensamos o que seja, a intervenção cívica política, que uma autarquia tem que ter, para com um projecto profissional. Porque raio de carga de água, há-de a câmara municipal apoiar o projecto profissional do futebol do Beira-mar e não a empresa Jerónimo Pereira Campos? Porque é que não se coloca em simultâneo e em paralelo?

Nós temos de ter sobre esta matéria ideias claras, objectivas, e coerentes; a autarquia tem que perante a cultura e a vida, uma postura positiva. E essa cultura e essa postura positiva é feita naquilo que concede a todos, A TODOS, os munícipes e seus dependentes, o acesso à prática, o acesso e a regulação da prática do desporto.

Aos projectos individuais, profissionais autonómicos, apenas e só aquilo que a lei regula para os projectos de profissão.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) [uu](#)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento, apresentou a seguinte declaração: [uu](#)

“Relativamente à intervenção anterior, relativamente a umas questões que levantou, e de facto fez-me lembrar aquela história, de que “antes que me atirem a pedra, deixa-me atirar eu porque fico em vantagem”.

Então um estudo sério, uma aplicação seria dos números que são aplicados, é demagogia? – Isso é que é demagogia. Não é demagogia o tentar embrulhar-se, que eu que falei no pedido de empréstimo e o somei à dívida: isso não é demagogia? Pois não! Isso é mentira.

Por fim, só queira dizer o seguinte: isto de facto, é a necessidade que há de atirar a pedra antes que “me atirem a mim”; dizer ao outro que ele é que é, para que não digam que eu é que sou; de facto é importante.

Mas há um reconhecimento do senhor deputado que foi extraordinariamente importante, quase no fim da sua intervenção, - é que vai votar favoravelmente, como o partido socialista o fez no passado, e que foi um disparate. Vai continuar a fazer o disparate hoje.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [022](#)

“O senhor deputado ficou de tal maneira nervoso com as verdades que eu lhe disse, que não ouviu o que eu lhe disse. O que eu disse é que ele não fez disparates, - o Partido Socialista; votou, talvez, disparates, e em nosso entender eram-no. Não fez disparates senhor deputado; não fiz juízos de valor sobre a bancada do partido socialista.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Sr. Deputado Rocha de Almeida, V/ Exa., foi tremendamente eloquente ao dizer os disparates que esta câmara tem realizado, e que vai continuar ou acha que não? A questão está colocada. Se elas se mantiveram, há ou não lugar à sua reparação? Entende ou não que o pensamento único e aquele que é, aquele que V/Exa. determina, é único ou é possível de ser partilhado? Pode ou não ser enriquecido, pela oposição à posição?

Esta é que é a grande tarefa, este é que é o contributo democrático, se V/Exas., entenderem como democracia esta partilha e esta acção construtiva positiva.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [022](#)

“Sr. Deputado António Rodrigues, eu queria dizer-lhe que o seu pensamento “pouse-o” bem no sítio onde entender, porque o meu ponho-o também onde entender.

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento, apresentou a seguinte declaração: [023](#)

“Sr. Deputado Rocha de Almeida, antecipou as suas considerações, por declaração de muita consideração por mim, o que eu agradeço; eu tenho também muita consideração por si. Mas não foi justo! E foi deslocado.

V/ Exa., sabe que quando eu tenho que criticar, crítico; livremente, mas no sítio próprio. Critiquei aqui a gestão do Alberto Souto, muitas vezes colaborei na retirada de propostas e na emenda de textos. E dentro do partido socialista, o senhor não sabe o que é que eu faço e digo. Amanhã tenho reunião da comissão política nacional a que pertença.

Agora, não sou nem exibicionista, nem cospe nele. Não ando por aí, como outros andam a dizer mal dos respectivos partidos; V/Exa., conhece exemplos. Não sou exibicionista. Às vezes pareço, mas não é exibição o que eu pretendo, é reflexo e apoio.

A política funciona num processo dialéctico: tese, antítese, síntese. Eu não sou Marxista, mas isto não foi inventado pelo Marxismo, é assim que funciona. E na base do contraditório. E portanto, cada um cumpre a sua missão.

Os situacionistas defendem..., o senhor deputado não quer que eu diga mal do meu próprio partido! Eu não sou aquilo que Homem Cristo chamava, um “cospe nele”; eu não sou”.

*Os situacionistas apoiam a situação; os antagonistas contestam a situação; esse é que é o contraditório, e a dialéctica de que surgem as sínteses.
Eu perguntei, eu critiquei o executivo, não fui eu que pedi para o executivo se vir embora, - para o ano temos tempo.
O Executivo tem que explicar, porque é que não é capaz de corrigir o défice? E não explicou isso. É tão somente disso que se trata.”*

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Como entenderá a única coisa que eu não quero atingir, e de que fugirei, é de atingir a honra de V/Exa., principalmente a nível cívico; a todos os níveis.

Eu referi efectivamente que havia posições políticas, e fiz aquilo que o senhor já aqui por vezes também nos tem referido: aproveita-se a onda para mandar uma farpazinha ao primeiro-ministro e ao governo, e V/Exa., pôs-se a jeito e eu aproveitei essa sua deixa e avancei. Não tinha nada a ver com a honra de V/Exa., nem com a dignidade de V/Exa.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Brevemente para dizer que observando a enfadonha floresta de informação que é fornecida neste ponto da ordem de trabalhos, conclui-se facilmente que só é acessível a quem seja um bom técnico de contas.

Todavia, politicamente é de fácil alcance as linhas e entrelinhas, de tais documentos. Perguntam frequentemente os municípios qual o retorno que têm dos impostos que pagam à câmara. E a voz corrente é nada vêem, nada sentem. Tudo aquilo que os utentes têm da câmara municipal, tem de pagar: água, esgotos, etc., e os impostos que lhes são exigidos.

Concretamente, ao documento apresentado, no balanço social, quero fazer um reparo ao critério utilizado para avaliar o grau de presenças e faltas dos trabalhadores, ao serviço da câmara municipal, é que nesse critério até as férias contam para a taxa de absentismo, como não se tratasse de um direito intrínseco aos horários em que os mesmos estão sujeitos, por via do contrato de trabalho que têm com a câmara municipal. Também há lugar a considerar as licenças sem vencimento como efectivo absentismo.

É uma forma tosca e abusiva de avaliar as ausências, incluindo-as na taxa de absentismo.

Também é incluído (pergunto), o elevado grau de acidentes no grupo dos operários ao serviço da câmara municipal?

Mudando de assunto, e coma situação actual das finanças da câmara, sempre segue ou não a trapalhada do processo de aquisição dos terrenos na Freguesia de Requeixo? Em que é que ficamos; sempre fazemos a prometida excursão, - aqui prometida, ao local daquela ridente localidade ou o passeio ficou só para alguns?

Pretendia saber também da parte da câmara Municipal, qual a receita obtida com a publicidade feita com o respectivo aluguer do espaço público, obtido pela câmara municipal, com a intervenção, - conhecida pela “intervenção CELSUS”, na estatuto José Estêvão, já que se tratou também de uma forma de propaganda e de publicidade.

Relativamente à questão da protecção do consumidor, queria ser informado, - e digo-vos já que tenho algumas informações sobre isso, se é dado algum conhecimento, de algum relatório ou decisão final, de qualquer reclamação que um consumidor apresente, ou através de alguma instituição, ou através deste organismo da câmara.

Para terminar, há dias o Senhor Primeiro-Ministro disse na Assembleia da República que as empresas municipais de transportes são da responsabilidade das câmaras municipais. E sabemos bem o peso que esta empresa municipal tem nas contas da Câmara.

Contudo, às Câmaras que tem transportes públicos próprios prometeu dar uma ajuda financeira e outras. Assim, conclui-se que a proposta de municipalização dos transportes da MOVEAVEIRO aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda tem toda a razão de ser, e é a solução viável para o processo complicado da MOVEAVEIRO.”

De seguida a Presidente da Mesa⁰²⁶, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Retomados os trabalhos, usaram da palavra:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰²⁷

(Entrou na sala o Vogal Raul Ventura Martins)

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁸

“Na intervenção que o Executivo fez, de explicação do relatório das contas, salienta-se o facto de considerar que o orçamento tem regras que de certa forma tolhem alguma liberdade ao Executivo.

Todos sabemos que do lado da despesa, portanto, efectivamente existem algumas regras, em que tal acontece, no entanto significa que o executivo, não tenha uma margem de liberdade e portanto, que tema ver com a sua política, relativamente à despesa. Essa é que efectivamente não fico clara, nem se o plano que foi apresentado em tempos, quais foram os seus resultados. Do lado da receita, então praticamente o executivo tem um grau de liberdade muito maior. Quem define aquilo que são receitas é o executivo. Não é a despesa que define as receitas. O executivo é que as define.

Portanto, se tem um política de receitas, deve-as dizer e não deve fugir a apresentar a sua política. Efectivamente o que realizou de receitas está muito aquém. Portanto, isto só demonstra incapacidade, que é defensável, portanto, que clarifique a incapacidade na obtenção de receitas, porque isso é política própria. Estou-me a referir em particular, as receitas de rendas e de venda de bens imobiliários.

Depois também fiquei espantado com o esquecimento a que foi devotada as áreas do executivo, área social e área da educativa, que não mereceu uma palavra do vereador, não sei porquê; já que são áreas que por vezes podem parecer que não merecem visibilidade, mas há um conjunto de trabalhadores e técnicos que estão nestas áreas assim como nas outras, que têm desenvolvido ao longo dos anos, não só durante este executivo, um trabalho bastante meritório. Relativamente ao Balanço Social, há algo que merece uma reflexão e que merece alguma explicação, ou pelo menos se o executivo lhe prestou atenção; é que a taxa de absentismo, quer queiramos, quer não, indicia má gestão. Portanto, é um nível de absentismo como aquele que existe, que merece uma atenção redobrada do executivo; e o Executivo que efectivamente, a nível de despesa tem alguns constrangimentos, a nível de recita não, digamos que tem no seu efectivo gente disponível para poder participar nas melhorias que podem ser feitas em termos de absentismo, basta só querer fazer uma gestão desta área, uma gestão cuidada.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁹

“Eu queria, apesar das poucas possibilidades financeiras que a Câmara tem tido, queria agradecer ao Executivo, começando pelo Sr. Vereador da Educação, começando pelo apoio

que deu, dos cerca de 12 anos que a escola do Sol-Posto andava para ser reparada, e com a ajuda dos pais e da Junta de freguesia foi possível, que as crianças possam ter condições sem levarem o guarda chuva para dentro das salas.

Igualmente queria felicitar o executivo, na pessoa da Saúde, o Dr. Capão Filipe, o Sr. Presidente da Câmara, por passados dez anos de andarmos a fazer a unidade de saúde, finalmente conseguirmos acabar e no dia 22 podermos inaugurar, um edifício que irá trazer à população de S.ta Joana uma mais valia na saúde. Por isso, acho que os méritos devem ser reconhecidos e não podia deixar de agradecer estas duas obras, além das dificuldades que a câmara tem e de muitas vezes, - e falo como Junta de Freguesia de S.ta Joana, sabemos dessas dificuldades, mas sabemos que a câmara, se não faz mais pelas juntas, será por essas mesmas dificuldades.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁰⁰

“Em primeiro lugar para refutar sobre este ponto, as afirmações que foram feitas pelo líder da bancada e presidente da concelhia do PSD, que anda agora um pouco abespinhado, deve ser com as eleições internas do partido social democrata, provavelmente a crer mostrar serviço, para as eleições e para a nova liderança que aí vem. Auguro-lhe futuro na nova liderança nacional do Partido Social-democrata.

Para dizer a V/ Exa., o seguinte: veio com, permita-me que lhe diga, dados errados, ou então não quis ver a realidade, já não se lembra seguramente, ou não quis afirmar aqui, e utilizou dados ao contrário para acusar o partido socialista de uma coisa que em Aveiro não fez. Disse que o Partido Socialista encarava a situação em Aveiro de maneira diferente que encara a nível nacional. Disse que o Sócrates, - Primeiro Ministro, encontrou uma situação financeira difícil, e que disse que não podia manter porque não era do que estava à espera e que portanto, o PS apoiava este registo do ponto de vista nacional, e do ponto de vista autárquico não tinha a mesma perspectiva sobre a actual câmara, que chegou à câmara confrontada com uma situação financeira mais difícil do que aquela que estaria à espera, e portanto, nós não tínhamos a incoerência, - se bem percebi as suas palavras, o mesmo registo entre o que é a difícil conjuntura nacional, e a difícil conjuntura autárquica.

O problema, Sr. Deputado Rocha Almeida, é que a Coligação ‘Juntos por Aveiro’, e eu até trouxe aqui o programa que me foi facultado, e embora não esteja aqui no programa eleitoral, o PSD sempre foi dizendo antes das eleições que a dívida se fixaria muito próximo e acima dos 180 milhões de euros; desde o início.

Mais, depois disso, com o relatório da IGF e com a auditoria, a dívida foi andando e passou para os 200, e dos 200 para os 220, 240 e chegou até aos 250 milhões, quase a 300! Devo-lhe dizer que de acordo com os números, e agora para usar o meu tempo e não o seu, os números apresentam uma dívida de 153 milhões 151 euros. Ora, 27 milhões a menos de passivo foi a situação financeira que este actual executivo encontrou quando chegou à câmara. Portanto, entrou à frente da perspectiva negativa que tinha sobre a solução do município. E apresentou-se em 2005 nas eleições, dizendo “aveirenses, nós sabemos que a situação financeira é preocupante”, - e o era, não vou estar a dizer o contrário, “mas temos a solução”. E estão volvidos dois anos e meio, mais de metade do mandato, cerca de 60% a 65% do mandato, e a situação financeira desta câmara municipal de Aveiro apresenta os seguintes factos com relevo e a reter. Passemos a enumerá-los: a pior taxa de execução orçamental de sempre, cerca de 25%.

Segundo ponto, e perguntas concretas: é ou não é verdade como disse aqui o meu camarada de bancada, que o Sr. Vereador Pedro Ferreira, Vereador das Finanças apresentou como números que há um défice mensal na autarquia de cerca de 250 mil euros pelo menos, o que implica que a câmara aumenta todos os anos 3 milhões de dívida.

É ou não é verdade, que a câmara aumentou a sua dívida desde que vocês foram eleitos? Em concreto, pergunto, destes dois anos e meio de grande liderança da coligação juntos por Aveiro PSD/CDS/PP em quanto é que reduziu a dívida e sobre tudo, em quanto é que se reduziu a despesa? Em relação ao pessoal: uma câmara municipal com uma situação financeira difícil aumentou ou não aumentou o pessoal (de 2005 para 2009)? São as minhas questões.

Porque é que a dívida a fornecedores, como disse o colega de bancada de oposição António regala aumentou este ano? E depois pergunto: como é que a câmara que se afirma como a querer dar a volta à situação, e a querer pagar a tempo, e todo o discurso que foi feito, não houve proveito deste ponto, eu pensava sinceramente que vocês se preparavam para brilhar hoje; quem faz a campanha eleitoral que a coligação Juntos Por Aveiro do PSD e do CDS/PP fez em 2005, alicerçando-se na dívida existente na câmara municipal de Aveiro, para dizer: - Aveirenses estamos aqui vamos resolver o problema; e depois faz dois anos e meio de mandato, a falar da dívida e da pesada herança, tem obrigação pelo menos de resolver o problema. Tem a obrigação pelo menos de ter o mínimo de indicador de que está a resolver o problema. O mínimo indicador de uma ideia, de uma solução, de um projecto, para a resolução da dívida. Porque esta é a pedra angular do vosso mandato, porque convençam-se que se não resolverem o problema para o qual, este principal problema que vocês fizeram, transformaram, na principal questão que iam resolver, não conseguem facilmente com alguma coerência apresentar-se aos eleitores em 2009 argumentando que foi a pesada herança! Desculpem lá, nestes quatro anos não conseguimos fazer nada, só aumentámos a dívida; mas foi a pesada herança. Porque é este discurso que vocês se preparam para fazer em 2009.

E o empréstimo, a solução do empréstimo, pode ter algum interesse no sentido de deixar de dever a fornecedores e passar a dever à banca, e deixar de dever a quem, enfim, as câmaras municipais não devem dever, eu acho que se deve dever a quem normalmente funciona com a compra e venda de dinheiro, e aos bancos; - o empréstimo, não é mais, não é a solução maior, do que empurrar o problema para a frente.

E falava o Dr. Carlos Martins na solução das gerações vindouras, fiquei por perceber qual era o intuito da sua intervenção; a certa altura da sua intervenção, Dr. Carlos Martins e peço desculpa, mas fiquei a pensar que queria marcar um ponto para se poder agarrar um dia mais tarde a dizer: “não, eu fui avisando”; “nós CDS fomos avisando”. Pareceu-me! Essa coisa das “gerações vindouras”, ou não tem muita convicção ou então o que disse, foi feito de alguma maneira, pareceu-me encoberto, se calhar entendi mal, admito que sim.

E depois, dizer que “a situação financeira que está patente nestas contas é uma situação financeira que tem uma situação financeira negativa, que está escondida”, porque há muito prejuízo da actual autarquia, foi transferido para as empresas municipais. Muito dele foi transferido para as empresas municipais, e a questão que lhe coloco é: em relação aos Serviços Municipalizados, em que aparece com resultados positivos, vá-se lá saber, por causa da taxa da água e da água que pagamos no concelho de Aveiro, para o ano, sempre quero saber se com a inclusão das taxas dos resíduos sólidos nas contas dos Serviços Municipalizados, qual é o resultado que vamos ter para o ano nesta empresa, estou com alguma curiosidade, e portanto gostava de ver, se possível, estas questões esclarecidas, e guardo-me para uma segunda intervenção.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Começarei a minha intervenção por fazer uma análise, no que diz respeito ao Balanço Social, porque entendo que este é um documento no tocante à gestão de um dos maiores recursos municipais, que são de facto os colaboradores, e entendo fazer algumas considerações no sentido positivo, que é por isso que aqui estamos, foi por isso que fomos eleitos e não para gastarmos o tempo desnecessariamente frivolidades.

Os dois aspectos positivos são sem dúvida, tal como foram assinalados pelo Sr. Vereador, a redução que foi sentida e que se encontra plasmada no balanço social ao nível das horas extraordinárias. De facto regista-se uma diminuição, que ao nível da despesa, trará necessariamente efeitos, que ao nível total, - estamos a falar em termos orçamentais, encontram também expressão, e são de congratular porque sabemos nós que serão essas as indicações já dadas anteriormente pela inspecção geral de finanças, indicações essas que a oposição tem vindo a esquecer e a escamotear.

Outra nota positiva que gostaríamos também de assinalar, tem a ver com aquilo que a câmara tem vindo a promover e pelo menos no Balanço Social assim o demonstra, relativamente aos estágios profissionais, bem como também aquilo que também significou, o número total de pedidos de estágios curriculares, entendemos também que estes estágios, apesar de participados e estes concretamente, sem quaisquer encargos para a câmara, devem no futuro continuar a ser promovidos, pois entendemos que é uma forma de junto da população mais jovem, que procura o primeiro emprego, e uma primeira experiência junto de uma entidade municipal, como é a câmara, ou de qualquer um dos seus organismos e entendemos que a câmara deve continuar nesse caminho, porque é com esta promoção e com esta implementação que a juventude também encontra apoio, num tempo de grande carestia que esta nação tem passado infelizmente, mas é bom que o executivo promova e continue nesta senda.

Nem tudo são rosas, e este executivo de facto não tem essas rosas felizmente, porque detectamos duas situações às quais gostaríamos de ser esclarecidos; uma no tocante aos prestadores de serviços, um número que consideramos estranho, 62 no departamento de desporto e educação, gostaríamos de saber como é que esta situação se explica, neste total, prestadores de serviços a recibos verdes presumo eu; não sei, não encontro explicação para este facto e gostaria de saber qual é a razão de ser e para além disso, e porque aqui se falou em contenção de despesas ao nível do pessoal, e se atendermos à evolução que se registou do quadro elucidativo no balanço social, assistimos a uma redução efectivamente. Ela é objectiva, está expressa nos números, mas entendemos que face aquilo que são as exigências futuras, face aquilo que são as exigências futuras, e nós temos todos disso consciência que o executivo deverá promover, porque é essa a condição para que futuramente o plano, venha a merecer o visto judicial, que tipo de medidas que o executivo tem em mente ao nível das políticas do pessoal, de despesas ao nível deste sector, desta rubrica. São duas questões muito prementes que eu gostaria de ver esclarecidas.

Também foi aqui falado a questão dos SMA's, é certo, sabemos e já aqui foi salientado e eu vejo isto com alguma preocupação também, devo dizer, na óptica do consumidor, sabemos que a legislação recente, promulgada recentemente, vai no sentido de abolir um certo e determinado tipo de taxas. Analisamos os números e elas, apresentam uma larga percentagem sobre as receitas dos SMA's, e não podemos disso descorar. Gostaria de saber, e atendendo ao facto do governo em desrespeito por aquilo que foi condicionalismo imposto pela lei das finanças locais, lei da água e este novo diploma, a meio do campeonato, aliás como tem sido obra deste governo socialista, põe as câmaras mais uma vez nesta situação, - e aqui d'el rei, e muito bem; os consumidores, os municípios, têm direito a ver a sua lei cumprida, porque esta é uma lei feita à sua medida. Pois bem, mas isto é uma lei feita à la carte, não podemos descorar que o município também é apanhado neste furacão legislativo; sejamos sérios, sejamos honestos na discussão deste problema. Não deixamos de discordar da essência da rácio legis do diploma, mas atendamos à situação financeira das câmaras, não só desta mas de todo o país, socialistas ou não socialistas também. É bom que tenhamos isto em mente, e fica aqui esta questão para poder ser eventualmente esclarecida, porque ela é merecedora da nossa atenção. No que toca às contas e à gestão, e àquilo que nós conhecemos desta câmara, a leitura é de facto política, neste sentido: o compromisso eleitoral que foi trazido a eleições e que mereceu a aprovação dos cidadãos, está mais do que ratificado, não há dúvidas. Estranho é que agora

venham pedir explicações sobre a diminuição ou sobre, porque não foi diminuída a situação do endividamento municipal. Pois bem, o deputado Carlos Candal assim o afirmou, e foi corroborado por algum dos seus correligionários, mas eu aqui digo: “fala o roto para o nu”. Pois bem, será que é preciso lembrar mais uma vez, porque é para esse que o discurso aponta, mas não contem comigo. Será que é preciso voltar a dizer, como foi posta a nudez desta anorexia financeira? Eu acho que não, já chega. E por isso pergunto: os senhores pedem explicações? Por amor de deus! Será que já se esqueceram de que será necessário aprovar futuramente um plano de saneamento financeiro? Os senhores já se esqueceram disso? E vêm perguntar medidas? Qual é a dívida? O Sr. Deputado Pires da Rosa, por Amor de Deus, mude a cassete. O senhor passa a vida a perguntar isso. O senhor leu o relatório da Inspeção Geral de Finanças? Leu? Parece que não leu! E vem outra vez com o mesmo discurso; ó senhor deputado poupe-nos. Pergunto: será que é mais uma vez necessário lembrar, que esta câmara terá necessariamente de ver aprovado este plano? Falam em miserabilidade? Ó Sr. deputado António Rodrigues, quem é o senhor para falar em miserabilidade deste executivo? Da forma como o fez; e eu pergunto quem são os senhores para o fazer? Os senhores já assumiram a vossa responsabilidade? Pergunto: os senhores assumem essa responsabilidade? Pergunto eu: será que irão assumir essa responsabilidade? Essa é uma pergunta que fica aqui, fica feita, mas digo-vos, recomendo, deixem-se de críticas gratuitas de análises estereis, vão ao concreto e deixem de fazer, - Sr. Deputado António Rodrigues, júzo de valores subjectivos; passe ao concerto, exerça o mandato para o qual foi eleito.

Quanto a compromissos, meus caros, nós CDS entendemos que o saneamento financeiro vai ser decisivo. E no momento certo, nessa discussão aqui estaremos para fazer a análise e a discussão seria, que interessa ao município, não é o que a oposição tem feito até agora. Será que a oposição, conseguirá fazer o mesmo (?), ou mais uma vez abandonará o seu posto como tem sido a sua prática. Essa é uma questão que deve ser aqui feita.

Não se trata efectivamente de usar tempo, e devo dizer ao senhor deputado, que eu uso o meu tempo não é o seu, porque o seu já passou. O senhor passa a vida a ter um discurso passadista, fala do passado fala do presente, num discurso já demasiado desactualizado. Eu falo do futuro, e é isso que o devia preocupar sabe; e não é isso que utiliza, porque a cassete já está gasta. Não estamos aqui para brilhar, meu caro deputado, não é disso que se trata. A seriedade e a gravidade deste problema, não reclama da nossa parte, brilhantismos oratórios nem discursos efémeros. Também eu pensava que o senhor brilhava no seu discurso, mas não brilhou. Sabe porquê? Porque passa a vida a falar da dívida e da herança, e imputa isso como um argumento a ser utilizado, ou a cair para o nosso lado.

Pois bem, quer indicadores de resultados? Quer projectos? É o que eu digo, esquecem-se do plano que vai ser aprovado. Esquecem-se também da responsabilidade política que vocês tem que assumir, e aí veremos.

Os senhores vêm aqui como doutos sábios, como detentores da verdade absoluta e exercem uma oposição irresponsável e demagógica. Penso que o dever é de todos, já o disse uma vez, e disse-o publicamente, falta-vos humildade, e no que toca à solução para este problema cá estaremos em solidariedade, porque é isso que a democracia exige de todos nós.”

Vogal Raul Martins (PS) ⁰³²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³³

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³⁴

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³⁵

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves ⁴²⁷

“Fazendo aqui algumas referências, a algumas questões levantadas ou pelo menos enumeradas e começando pela taxa de absentismo. A nossa taxa de absentismo anda entre os 8% e os 8,5%, digamos que tem tido uma variabilidade nos últimos três anos, que não chega a 0.5%, do ano passado para este ano cresceu 0,1% e portanto baixou dos 9 para os 8 há três anos, mas andamos aqui nisto.

As justificações que se podem referir com esta taxa, elas são relativamente, - ia dizer insignificantes (talvez seja um termo forte), mas basta que haja mais dois ou três fins-de-semana com pontes, que nós temos aumento de absentismo, por exemplo, ou que haja um dos nossos seis relógios de ponto que avarie durante uns dias, que eventualmente nós temos dificuldade em controlo de absentismo, ele pode reduzir, enfim até se chover muito, provavelmente nós temos menos absentismo, porque havendo mais sol, as pessoas provavelmente..., bom, digamos que estamos a justificar 0,1% ou 0,5%, isto é difícil em termos das horas de trabalho que temos nesta Câmara anualmente ou diariamente.

Do ponto de vista dos acidentes, nós este ano tivemos menos treze acidentes do que o ano passado, porque há aqui um caminho, parece a ser percorrido de forma mais optimista, o que depois cruzando com o número de dias de ausência por sinistro, isto já não funciona assim, porque tivemos mais dias de ausências por sinistro do que o ano passado, cerca de 20 dias a mais. Mas também digamos que andamos aqui um pouco na média, os DSU são o departamento mais vitimizado pela questão dos acidentes e tem-se feito algum esforço no que diz respeito à formação para a utilização de maquinarias, na tentativa de reduzir esta questão na Câmara.

Do ponto de vista da educação também foi referido que (eu já tinha dito no início), nós estamos no bom caminho ou seja, nós atingimos este ano os 27%, trabalhadores com formação superior e a percentagem de indivíduos com quatro anos ou menos de formação, tem vindo a estabilizar à volta dos 22%, tem diminuído 1% ao ano em média, mas tem estabilizado por aí.

Nesse ponto de vista nós temos continuado um conjunto de programas de alfabetização se quiserem ou os chamados RVCC's e outro tipo de programas que têm havido em termos do Ministério da Educação, que nos permitem que os nossos funcionários, vão fazendo o 6.º ano, o 9.º ano e portanto julgo que neste momento salvo erro, devemos ter cerca de 18 funcionários em formação neste tipo de cursos.

É de ver também que a nossa taxa de analfabetismo tem diminuído, ou seja, nós do ano passado para este ano, por exemplo enfim, passámos de 0,59% para 0,44%, o nosso índice de taxa de analfabetismo.

A redução de horas extraordinárias. Bom, isto é um caminho positivo parece-me, nós tivemos uma redução de cerca de 12% nas horas extraordinárias, em termos de número, em termos de valor poupamos cerca de vinte mil euros este ano.

E as últimas duas questões da prestação de serviços e de estagiários, eu devo dizer-vos que tenho aqui uma posição um pouco complexa ou seja, estou absolutamente de acordo que nós devemos ter uma política de agregação de estagiários dentro das várias áreas, especialização e funcionais que a Câmara dispõe, acontece porém que a questão dos estágios, ela gera uma expectativa nos indivíduos, cuja pressão para a empregabilidade na sua sequência é muito forte. E o município que tenha definido um objectivo de redução de pessoal, com a questão do acesso de estagiários, está a aumentar a sua pressão, de integração do indivíduo nos quadros.

E portanto, se por um lado isso pode ser interessante da nossa abertura ao exterior neste acesso que damos, de as pessoas poderem desenvolver as suas competências profissionais junto de nós, e que nos ajuda obviamente a tentar identificar potenciais bons trabalhadores, bons colaboradores para a Câmara, por outro lado tem esta situação da pressão do acesso aos quadros e que depois muitas vezes, temos algumas dificuldades em conseguir explicar aos

dirigentes dentro das autarquias, dos técnicos, que enfim nem sempre temos condições de pagar a toda a gente que enfim, os querem meter no quadro. A questão das prestações de serviço na educação, é uma questão que vem enfim de uma vereadora que esteve nesta área, julgo que em 2003/2004 quando houve esta passagem das escolas para as autarquias, que decidiu tomar uma posição em relação à contratação dos auxiliares de educação nas escolas, em regime de prestação de serviços, ou seja, temos pessoas que neste caso julgo que são 67 ou à volta disso, que trabalham em regime de prestação de serviços e trabalham de Setembro a Julho ou seja, digamos que nós pagamos o serviço que elas prestam e temos vencimentos de horários que vão desde, remunerações aliás com horários que vão desde duzentos euros por mês até enfim, ordenado mínimo quinhentos euros, talvez alguns com mais horas cheguem aos setecentos, oitocentos, mas isto é muito variável. Eu devo confessar-vos que estou de acordo com esta decisão. Acho que enquanto não claro e definido esta transferência de competências para as autarquias do Ministério da Educação e as verbas que virão etc., nós estamos precisamente num quadro, em que não está uma posição definitiva e portanto teremos que ajustar isto, provavelmente se constituir aqui uma carreira na área do serviço de auxiliar de educação dentro do município, provavelmente terá que se tirar este quadro e a partir daí reformar este conceito. No momento é o que existe e enfim basicamente para tentar explicar, porque é que temos este nível de prestadores de serviço sempre muito próximo dos cem trabalhadores que andam aqui paralelos aos quadros de pessoal.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁸

“Senhores Deputados, vou responder a algumas das questões que foram colocadas. Muito claramente, Deputado Carlos Candal, a questão da tabuada, acho que todos nós com um bocadinho de lógica conseguimos de facto aprender a tabuada e perceber a tabuada. Em relação, à redução das despesas correntes, que falou no programa eleitoral, se há matéria que estamos a cumprir é claramente essa, a redução das despesas correntes. É um dado adquirido, que poderão ver pelo relatório de contas. Em relação à questão de “minorou o endividamento”, isso também é uma realidade; todos sabem que apesar da contabilização de várias dívidas pendentes na câmara, o endividamento subiu muito menos do que aquilo que foi contabilizado e portanto, dessa diferença temos um resultado positivo que rondará os quatro milhões de euros. Professor Manuel António Coimbra, “dificuldades e confiança”, agradecemos a confiança e esperemos saber ultrapassar as dificuldades. Deputado Carlos Martins, eu não percebi a questão do “horizonte temporal em que queremos estar em termos contabilísticos”, confesso que não percebi a questão. Quanto à questão das dívidas de curto prazo e as de médio e longo e a transferência para as gerações vindouras, eu responderei mais tarde, porque responderei também a outro deputado. António Regala, execução, e toda a receita que se podia ir buscar, empolamento orçamental, etc., etc. Sr. Deputado, transmitir-lhe que quando há rubricas que têm mais de 100% de execução não vejo empolamento, bem pelo contrário. Essas rubricas são aquelas rubricas mais normais num orçamento, e isso é sinal claro de que o orçamento foi bem feito; quando diz que a execução foi baixa, todos nós sabemos isso, nomeadamente em duas rubricas, e eu fiz questão de esclarecer isso, de transmitir isso, houve duas rubricas que dependiam claramente de opções políticas que não foram tomadas, e portanto, a execução está explicada. Quanto a empolamento, senhor deputado, não me pareceu que tenha sido correcto, quando falou de questões do IMT e IMI, acho que está profundamente equivocado; são receitas que analisadas em todos os municípios do país, em todas as previsões económicas, inclusivamente governamentais, são receitas para crescer. Portanto, acho que está equivocado, acho que não é por aí.

A questão das juntas de freguesia, dizer-lhe que não foi execução, foi as transferências. Portanto, há dívida que foi acumulada e que será paga, esperemos nós, e já tem sido paga durante este ano.

Grande parte do empréstimo; não é grande parte, senhor deputado, é a totalidade do empréstimo é para pagamento de dívidas; esqueça a “grande parte”, é a totalidade!

Capacidade de endividamento, deixe-me dizer-lhe isto: o senhor deputado mentiu conscientemente. O senhor deputado citou dois números, duas realidades diferentes, com cálculos de maneira diferentes, e quando sabe que para além disso, que a capacidade de endividamento se deteriorou devido à contabilização de dívidas passadas, como eu já lhe transmiti..., ouça, é verdade tudo, e é verdade muito mais coisas, agora o senhor não pode comparar duas coisas que não são comparáveis, que são medidas diferentes. Portanto, quando faz isso está a mentir, está a ser mentiroso perante todos os outros.

Senhor Deputado António Rodrigues, quando me chamou “insigne economista” e depois disse que apoiava o deputado Regala, está tudo dito quanto à sua forma de pensar isto. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa só (alias, duas coisas); o senhor disse que nós tínhamos criado, ou que o senhor presidente estava a criar um grave problema; - o senhor está equivocado, o problema gravíssimo estava criado quando cá chegamos! O senhor pode dizer que agente ainda não resolveu, etc., etc. Já não pode dizer, é que nós é que estamos a criar. O senhor está equivocado em relação a isso.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: - quando o senhor referiu que eu tinha falado dos 250 mil euros há dois anos; o senhor tem toda a razão. Antes disso era bem mais a dívida mensal, bem mais o défice mensal. Portanto, admita isso também.

Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa: - o senhor, volta a falar da questão do euro que nós conseguimos arrecadar contra aquela gasto; o senhor deputado não ouviu a minha intervenção inicial: nós arrecadamos 0,98 € por cada euro gasto; foi isso que eu disse. Ou se o senhor quiser nós gastamos um 1,02 € por cada euro que recebemos.

Deputado João Rocha Almeida, apoio ao executivo, obviamente agradecemos.

Deputado Jorge Afonso, - “comunicação enfadonha”; senhor deputado, deixe-me dizer-lhe que a comunicação é expressamente aquilo que vem na lei. Se o senhor está contra a lei, acho que sim, o seu partido deve claramente na Assembleia da República promover que hajam alterações no modelo de comunicação dos presidentes, mais curtas, mais esclarecidas. Acho muito bem.

Quanto à questão das férias e absentismo, mais uma vez é uma questão de lei; são modelos que estão claramente definidos.

Deputado José Costa, agradeço a intervenção em relação às despesas e receitas, que todos nós comungamos dessa ideia, e de facto primeiro é as receitas e depois as despesas, infelizmente com a dívida, e com o modelo de POCAL que temos, e com o modelo de orçamento que temos, é de facto complicado quando há dívida transitória.

A questão das rendas; a questão das rendas é uma opção política como é óbvio, estava lá; era um orçamento que era feito de determinada forma, falarei nisso mais há frente.

Vitor Martins, agradeço em nome do executivo as palavras dirigidas em relação à questão da educação e em relação à questão da saúde.

Deputado Pires da Rosa. Senhor deputado deixe-me transmitir-lhe isto: na minha intervenção inicial, aliás nalgumas intervenções que tenho vindo a fazer, tenho claramente não falado em dívida, claramente, acho que foram apresentadas duas auditorias, cada um retirou aquilo que achava que era importante da auditoria, já lhes disse mais que uma vez aqui, que para mim não era importante os números, era importante outras coisas que lá estavam que eram muito mais importantes que essa; no entanto confundiu, falou primeiro em dívida e depois em passivo. Não vale a pena estarmos a voltar a isso; acho que a situação da câmara está explicitada, apresentámos medidas, e no final seremos julgados por isso.

Taxa de execução. Refiro aquilo que referi ainda há pouco, a respeito da pergunta do deputado António Regala; a questão do défice mensal, acho que já respondi; aumento da dívida, é errado; diminuímos. O que fizemos foi contabilizar dívida que estava do passado e isso reflecte-se. Quando se reduziu a dívida cerca de 4 milhões de euros, aumento ou diminuição de pessoal, o senhor Vereador Caetano Alves respondeu; dívida a fornecedores, - está esclarecido, acho que o empréstimo é para isso mesmo, é para resolver esse problema, só transmitir-lhes o seguinte: segundo a auditoria que foi feita pela IGF, a que todos tiveram acesso, ultrapassava os mil e cem dias; aquilo que está referido e que é reportado à DGAL e que se situa em 568, portanto, acho que isso está claro.

“Brilhar”, o objectivo não é brilhar, isto é uma prestação de contas, e os números reflectem as coisas, portanto, quando o executivo brilha por contas, acho que há muito mais coisas a fazer.

“O empréstimo não resolve”; “gerações vindouras”; “passagem”. Gerações vindouras, deixem-me responder-vos a isto: os senhores deputados tiveram no ano passado aqui um orçamento, e este ano têm um outro. O orçamento do ano passado tinha a obtenção de rendas, e outro tipo de receitas, para fazer pagamento de dívidas. Este ano, muito dessa parte do orçamento foi transferida para o empréstimo. Claramente a opção do ano passado, até pela execução orçamental que aí se demonstra, não foi validada em sede de executivo e de Assembleia Municipal. O deste ano, e a opção foi clara, validada pela larga maioria desta Assembleia, foi a transferência para gerações vindouras. Por isso quem está aqui, foi solidária nessa opção, e portanto, vincula todos os que votaram dessa forma; trocaram alguns galhardetes entre vocês, e julgo que têm os dois noção daquilo que votaram quando aqui veio essa opção.

A questão dos défices e a passagem para as empresas municipais. Julgo que o senhor deputado se estava a referir a passagem dos resíduos para os SMA's, - não sei se assim era, e da SIMRIA.

Senhor Deputado, eu tenho pena que tenham votado contra na última Assembleia, acho que é uma boa medida de gestão, honestamente, não é uma medida política, não traz daí uma alteração substancial do funcionamento da câmara. Uma medida de gestão, acho que é correcta, tenho pena que tenham pensado de outra forma, e tenham tentado fazer política sobre isso, até porque há outra coisa, e falou das taxas, e dos resíduos, etc., o senhor deputado, não sei se foi no mês de Abril, se foi no mês de Março, já saiu uma nova lei, que refere claramente que há serviços que são prestados às autarquias, que têm que ser pagos num prazo de seis meses. A lei foi definida pelo estado central, não foi definida por nós.

Quando nós fizemos a passagem para os SMA's e todos aqui falámos da questão dos lucros dos SMA's, não foram tão elevados quanto isso, o objectivo é claramente cumprir as leis que são determinadas pelo estado, e tentar ser cumpridores. E portanto, parece-me que a solução mais uma vez foi positiva, tenho pena que vocês tenham pensado de outra forma, é uma opção vossa, não tenho mais a transmitir sobre isso.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³⁰

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁴⁰

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁴¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴²

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁴³, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos, a pedido da bancada do PS.

Retomados os trabalhos, a Presidente da Mesa⁶⁴, colocou à votação o ponto n.º 5 - Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2007 da Câmara Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (18PSD+5CDS), e catorze votos contra (12PS+1PCP+1BE).

Continuando, a Presidente da Mesa⁶⁵, colocou à votação o ponto n.º 5 - Relatório de Gestão e Contas de 2007 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (18PSD+5CDS), e catorze abstenções (12PS+1PCP+1BE).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁶⁶

“O Partido Socialista votou contra o relatório de contas, não por entender efectivamente que as contas estivessem erradas, porque a aritmética é a aritmética, mas é um voto político de reprovação das contas, essencialmente alicerçado em três pontos: é a pior taxa de execução orçamental de sempre, por estas contas demonstrarem claramente o insucesso da estratégia de saneamento financeiro da autarquia, e a falha total do plano das 29 medidas, sem apresentação de resultados em concreto, e sobretudo, porque este documento traduz claramente, o agravamento do défice estrutural do município, que se viu agravado neste último ano. Portanto, o Partido Socialista não podia votar favoravelmente, não poderia mesmo, não se poderia sequer abster e portanto tenho que fazer esse voto, contra, político, sobre as contas do município, por estes três itens que referimos.”

PONTO 6. – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA.

Presidente da Mesa ⁶⁷

Vogal Raul Martins (PS) ⁶⁸

De seguida a Presidente da Mesa⁶⁹, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Retomados os trabalhos, a Presidente da Mesa⁷⁰, deu conhecimento que foi apresentada a candidatura do Presidente da Junta de Freguesia, Telmo Vieira Martins, para o referido cargo, declarando o Presidente de Junta que aceita a mesma. Não se verificando mais nenhuma candidatura, a Mesa aceitou a candidatura a que atribuiu a letra A e deu início aos procedimentos para votação por escrutínio secreto.

Verificaram-se os seguintes resultados:

Deram entrada na urna trinta sete votos:

Votos a favor: 30

Votos em branco: 6

Votos nulos: 1

Assim, o representante da Assembleia Municipal de Aveiro no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna, foi eleito Telmo Vieira Martins.

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa⁶⁰, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião anterior, de 16 de Maio, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria. A mesma será anexa à respectiva acta.

Continuando, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando a Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 02 de Junho (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 30 de Maio de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)